

GUILHERME THOFEHRN LESSA

COLEÇÃO  
O NOVO  
PROCESSO  
CIVIL

# PRECEDENTES JUDICIAIS E RACIOCÍNIO JURÍDICO

Aplicação, analogia e distinção

LUIZ GUILHERME MARINONI  
SÉRGIO CRUZ ARENHART  
DANIEL MITIDIERO  
Coordenadores

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™

1912 - 2022

110  
anos

**PRECEDENTES JUDICIAIS E RACIOCÍNIO JURÍDICO:  
Aplicação, analogia e distinção**

Guilherme Thofehrn Lessa

COORDENADORES

LUIZ GUILHERME MARINONI, SERGIO CRUZ ARENHART E DANIEL MITIDIERO

© desta edição [2022]

**THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.**

JULIANA MAYUMI ONO

*Diretora Responsável*

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia  
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sacr@thomsonreuters.com](mailto:sacr@thomsonreuters.com)

*e-mail* para submissão dos originais: [aval.livro@thomsonreuters.com](mailto:aval.livro@thomsonreuters.com)

Conheça mais sobre Thomson Reuters: [www.thomsonreuters.com.br](http://www.thomsonreuters.com.br)

Acesse o nosso *eComm*

[www.livrariart.com.br](http://www.livrariart.com.br)

Impresso no Brasil [09-2022]

Profissional

Fechamento desta edição [19.07.2022]



ISBN 978-65-260-0853-9

1200125

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	7
INTRODUÇÃO.....	15

### PARTE I

TEORIA DO PRECEDENTE JUDICIAL.....	21
<b>1. FUNDAMENTOS DO SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS .....</b>	<b>23</b>
1.1. Pressupostos teóricos dos precedentes judiciais .....	24
1.1.1. A interpretação do direito.....	25
1.1.2. O processo civil como meio para dar tutela aos direitos.....	29
1.1.3. A função das Cortes Supremas .....	32
1.2. Fundamentos principiológicos dos precedentes judiciais.....	35
1.2.1. Segurança jurídica.....	36
1.2.2. Igualdade .....	39
1.3. Os precedentes judiciais no direito brasileiro .....	40
<b>2. NATUREZA E FUNÇÃO DO PRECEDENTE JUDICIAL .....</b>	<b>47</b>
2.1. O precedente judicial como fonte do direito .....	47
2.2. A natureza do precedente judicial.....	54
2.2.1. A natureza do precedente judicial no <i>Common Law</i> .....	54
2.2.2. A natureza do precedente judicial no direito brasileiro.....	65
2.2.2.1. O precedente como exemplo .....	65
2.2.2.2. O precedente como argumento de princípio.....	67
2.2.2.3. O precedente como regra.....	69
2.3. Da natureza à função dos precedentes judiciais .....	73
2.3.1. A função ontológica dos precedentes judiciais .....	74
2.3.2. A função metodológica dos precedentes judiciais .....	77

## 12 PRECEDENTES JUDICIAIS E RACIOCÍNIO JURÍDICO

3.	O CONCEITO DE PRECEDENTE JUDICIAL .....	81
3.1.	Precedente-decisão e precedente- <i>ratio</i> : em busca de um conceito adequado .....	82
3.2.	Decisão, fundamentação e precedente .....	88
3.3.	Precedente, jurisprudência, súmula e o rol do art. 927 do CPC .....	95
3.3.1.	Precedente e jurisprudência .....	95
3.3.2.	Precedente e súmula vinculante .....	100
3.3.3.	Precedentes judiciais e o rol do art. 927 do CPC.....	103
3.3.3.1.	Precedentes e decisões em controle concentrado de constitucionalidade .....	103
3.3.3.2.	Precedentes e os enunciados de súmula .....	105
3.3.3.3.	Precedentes, IRDR e IAC.....	106
3.3.3.3.1.	O IRDR à luz da doutrina .....	106
3.3.3.3.2.	IRDR, jurisprudência uniforme e precedente .....	110
3.3.3.4.	Precedentes e recursos extraordinário e especial repetitivos .....	112
3.3.3.5.	Precedentes e orientação do plenário ou do órgão especial.....	113
4.	AUTORIDADE DOS PRECEDENTES JUDICIAIS .....	117
4.1.	A autoridade dos precedentes judiciais .....	118
4.1.1.	A autoridade dos precedentes judiciais na doutrina brasileira ...	118
4.1.2.	Autoridade dos precedentes e previsão legal: análise crítica .....	121
4.1.3.	Os fundamentos da autoridade dos precedentes judiciais .....	124
4.2.	Autoridade e eficácia vinculante dos precedentes .....	129
4.2.1.	A autoridade dos precedentes diante da distinção e da superação .....	131
4.2.2.	Autoridade em graus? .....	132
4.3.	Autoridade em dupladireção, mas apenas duas? Eficácia vertical, eficácia horizontal e autoprecedente .....	134
4.4.	A autoridade dos precedentes no CPC/2015.....	137

## PARTE II

<b>PRECEDENTES JUDICIAIS E RACIOCÍNIO JURÍDICO .....</b>	<b>141</b>
<b>1. A AUTONOMIA METODOLÓGICA DA APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS .....</b>	<b>143</b>
1.1. A inexistência de autonomia metodológica entre os sistemas de <i>Common Law</i> e de <i>Civil Law</i> .....	143
1.2. A autonomia metodológica dos precedentes judiciais .....	146
<b>2. INTERPRETANDO DECISÕES E APLICANDO PRECEDENTES .....</b>	<b>149</b>
2.1. A interpretação da decisão e a definição do precedente judicial .....	149
2.2. A generalidade do precedente judicial .....	153
2.3. A aplicação dos precedentes judiciais .....	159
2.3.1. A analogia como raciocínio standard de aplicação dos precedentes judiciais? .....	160
2.3.2. O raciocínio dedutivo na aplicação dos precedentes judiciais ...	168
2.3.3. Observações acerca da crítica ao raciocínio dedutivo na aplicação dos precedentes judiciais .....	173
<b>3. ANALOGIA NOS PRECEDENTES JUDICIAIS .....</b>	<b>177</b>
3.1. O raciocínio por analogia realmente existe? .....	178
3.1.1. A negação da autonomia do raciocínio por analogia .....	178
3.1.2. Análise crítica .....	182
3.2. A estrutura do raciocínio por analogia .....	185
3.2.1. Edward Levi .....	186
3.2.2. Martin G. Golding .....	187
3.2.3. Scott Brewer .....	188
3.2.4. A estrutura da analogia no direito brasileiro .....	190
3.2.5. Análise crítica .....	191
3.3. A aplicação dos precedentes por analogia .....	196
3.3.1. Analogias sem regras? Considerações acerca da comparação entre os casos .....	196
3.3.2. Resolvendo casos por analogia .....	207

## 14 | PRECEDENTES JUDICIAIS E RACIOCÍNIO JURÍDICO

<b>4. DISTINÇÃO NOS PRECEDENTES JUDICIAIS.....</b>	<b>213</b>
4.1. Distinção e não incidência: separação necessária.....	213
4.2. A razão das distinções: a derrotabilidade dos precedentes judiciais .....	222
4.2.1. A derrotabilidade das regras jurídicas em geral .....	222
4.2.2. A derrotabilidade dos precedentes .....	224
4.3. A validade das distinções: elementos da derrotabilidade dos precedentes .....	229
4.4. A qualidade das distinções: o problema das distinções inconsistentes...	231
4.5. A distinção no Código de Processo Civil.....	234
4.5.1. Distinção e justificação das decisões .....	235
4.5.2. Distinção e ação rescisória .....	237
4.5.3. Distinção, afetação e sobrestamento .....	239
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>241</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (APENAS OBRAS CITADAS).....</b>	<b>243</b>